



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680463 - SP (2021/0220884-5)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : CRISTINA EMY YOKAICHIYA - SP234348
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JAMIL JOSE DE JESUS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JAMIL JOSE DE JESUS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2073803-50.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pelo cometimento, em tese, do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/SP.

A impetrante sustenta que "impossível, sob pena de ofensa ao princípio da proporcionalidade, a manutenção da segregação. É injusto manter presa uma pessoa que, ainda que condenada definitivamente, não será, possivelmente, constrangida ao cumprimento de pena em meio fechado" (fl. 5).

Aduz, ainda, que "a conhecida precariedade das instalações dos CDPS e sua inadequação às necessidades de higiene e salubridade para impedir a contaminação e disseminação da doença demonstram a desproporcionalidade da prisão, e fazem com que o cárcere extrapole os limites constitucionais da intervenção do poder sobre o indivíduo (art. 5º, XLVII, (a) e XLIX da Constituição Federal)" (fl. 9).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja relaxada a prisão preventiva, com aplicação de medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 670404/SP, que teve a liminar indeferida pelo Ministro Felix Fischer.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do

Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente